

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA: RECURSOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM SEVERO DISTÚRBIO NA COMUNICAÇÃO

ALGUMAS REFLEXÕES A RESPEITO DE COMUNICAÇÃO

Saussure (1970) foi pioneiro ao afirmar que existiria um meio para se comunicar, exclusivamente humano, vinculado a processos mentais – psíquicos, fisiológicos e acústicos de ambos os interlocutores; este meio seria a linguagem. Para a demonstração da sua competência lingüística inata, o indivíduo humano deveria estar inserido em uma determinada cultura que, por relações interpessoais constantes, convencionariam um sistema de signos lingüísticos a ser utilizado - sua língua. Segundo o autor, as formas de se expressar este sistema de signos – língua – poderiam ser a fala, a escrita e a língua de sinais, específica da cultura dos surdos.

A comunicação humana é uma troca de sentimentos e necessidades entre duas ou mais pessoas. “Quando uma mensagem deve ser transmitida, tipicamente as pessoas utilizam a linguagem, que, quer falada, escrita, ou por sinais, envolve um sistema que transmite um significado” (BOONE; PLANTE, 1994, pg. 83).

Bloom (1983) definiu a linguagem como um código usado para transmitir idéias sobre o mundo que nos cerca. Este código seria representado por um sistema convencional de signos arbitrários, que serviriam para comunicar as idéias. Segundo esta definição, as palavras chave da linguagem seriam: código, convenção, sistema e comunicação.

O autor afirmou que a linguagem é um código porque seria a maneira de se representar algo. Quando um indivíduo fala, ele codifica, ou seja, ele coloca os fatos conhecidos e lembrados em idéias e combina esses elementos em códigos para representar a mensagem que pretende passar ao outro. Quando o indivíduo escuta a mensagem de alguém, ele decodifica, conhece e reconhece os elementos do código e desta maneira extrai a informação e os dados necessários sobre a mensagem recebida. Esta linguagem não se encontra apenas como uma competência fisiológica própria do ser humano, seu âmbito faz parte de sua história e cultura.

Argyle (1976) afirmou que a capacidade de se comunicar por meio da linguagem é uma característica exclusivamente humana que, portanto, nos diferencia dos outros primatas. Para ele, a linguagem surge da interação social e os “processos lingüísticos” tornam-se importantes para o controle e coordenação do comportamento individual e no desenvolvimento e transmissão de cultura. Segundo o autor, para duas pessoas se comunicarem por meio da linguagem é

necessário que elas usem as palavras da mesma forma, convencionadas pela língua vinculada à sua cultura. “A língua real aprendida é aquela que se desenvolveu, durante um longo período de desenvolvimento cultural, na cultura da criança” (ARGYLE, 1976, pg. 77).

Luria (1978) explicou que o aparecimento da linguagem implica fatores determinantes para o desenvolvimento da consciência, pois, ao designar um objeto por um nome, cria-se a possibilidade de discrimina-lo e conserva-lo na memória. Para ele, as palavras abstraem propriedades dos objetos que nomeiam, relacionando-os e formulando categorias. Esta possibilidade “assegura a transição do sensorial ao racional na representação do mundo” (LURIA, 1979, p.80).

Para Limongi (1995, 2000) a aquisição da linguagem é função da elaboração das estruturas cognitivas, além de depender também de um modelo exterior. É uma das manifestações da capacidade humana de representar eventos, mesmo na sua ausência, portanto implica em representação dotada de significação, além de ser um sistema que combina símbolos de acordo com regras, que devem ser adquiridas e aplicadas na conservação e na compreensão.

Camaioni (1980) afirmou que a linguagem infantil é um meio de comunicação, além da mímica, das expressões gestuais e corporais, além de um meio de interação social e um instrumento de conhecimento. Primeiramente, porque torna possível conhecer a realidade sob um plano mais alto que o da simples ação ou percepção, permitindo que se pense nela por meio de conceitos, descrevendo-a, evocando-a, antecipando-a. Em segundo lugar, porque permite conviver socialmente com a consciência da realidade.

Para Franchi (1977) a linguagem não é um dado ou um resultado, mas um trabalho que dá forma ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do vivido que, ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante ao qual se opera sobre a realidade e a constitui como um sistema de referências em que aquele se torna significativo.

Figueira (1996) afirmou que o desenvolvimento da linguagem não é cumulativo, como um aumento quantitativo do repertório lingüístico, mas processual, em que ocorrem transformações qualitativas no desenvolvimento do processo de reorganização, reconhecendo como um fato do desenvolvimento as crianças fazerem “uso” de estruturas lingüísticas antes de ter conhecimento sobre as mesmas.

Segundo Aimard (1986), para se ter uma idéia global da aquisição de linguagem, seria preciso levar em conta simultaneamente, os fenômenos múltiplos que interferem a cada momento no progresso da criança, com o que ela percebe, o que ela produz e o que compreende, e, ao mesmo tempo, descrever os progressos facilmente apreciáveis e os mecanismos que subentendem as aquisições.

De acordo com Boone e Plante (1994), a linguagem envolve a interação de muitas habilidades que se combinam para a comunicação eficaz; estas habilidades são caracterizadas pelos aspectos constituintes da linguagem. Os autores levantam os seguintes aspectos da linguagem: sintático, lexical, fonológico, semântico e pragmático.

O aspecto lexical caracteriza as palavras em si, dentro de uma língua e cultura específicas. O aspecto fonológico determina a programação e execução – articulação – corretas de determinado léxico. A sintaxe é a ordenação das palavras – léxico – de maneira a determinar frases inteligíveis, que remetem um significado. O significado da frase está atrelado ao significado de cada léxico pertencente individualmente e em conjunto; o significado da palavra ou da frase determinaria o aspecto semântico. Os constituintes lexical, fonológico, sintático e semântico devem estar atrelados a um contexto funcional, de uso correto, que seria o aspecto pragmático da linguagem.

Os autores afirmaram que cada aspecto, individualmente, não prediz a linguagem; esta só existe da união e desempenho correto de todos eles. Qualquer alteração em um destes aspectos, automaticamente caracteriza uma alteração de linguagem, porém, não necessariamente exclusiva; uma alteração no constituinte fonológico determinaria uma alteração de fala, ou também denominada pelos autores, linguagem oral.

Para Bates (1976), a abordagem pragmática à aquisição da linguagem preconiza o propósito, como um “ato performativo” e o modo de se comunicar, pelo uso dos aspectos supra-segmentares (altura, volume, duração e pausas).

Van Riper e Emerick (1997) discutiram a importância de a criança estar inserida em um ambiente encorajador e estimulador para o desenvolvimento da linguagem. De acordo com estes autores “pelo menos três fatores ambientais são cruciais para se estimular o desenvolvimento da fala: (1) uma relação positiva sob o ponto de vista emocional com um tutor que incentive as iniciativas de comunicação da criança; (2) pelo menos um modelo de fala (uma pessoa) que utilize padrões de linguagem simples, porém bem-formados; e (3) oportunidades para a exploração e variação das experiências cotidianas que estimulem a necessidade de comunicação” (VAN RIPER; EMERICK, 1997, p. 91).

Em se tratando da linguagem oral é importante lembrar que são necessárias a seqüência ordenada e a coordenação de três processos fundamentais: 1) a organização dos conceitos, sua formulação simbólica e sua expressão; 2) a exteriorização do pensamento pela fala, com a intervenção de coordenar funções motoras como respiração, fonação, articulação e prosódia e 3) a programação destas habilidades motoras na produção voluntária dos sons

individuais da fala e sua combinação para formar as palavras. Alteração de qualquer um destes processos pode acarretar alterações na comunicação oral (BROWN, 1978).

De acordo com Omote (2001), há uma rede de comunicações interpessoais, entre pessoas imediata e remotamente presentes no cenário de ocorrência dos relacionamentos. São nas relações interpessoais que se configuram os quadros de referência para a formação e manutenção da identidade pessoal e social das pessoas. É essa identidade pessoal e social, solidamente construída, que assegura a cada pessoa a condição de ser social e ao mesmo tempo singular e única, condição essa essencial para integridade psicossocial de cada cidadão.

O autor acredita que a demonstração de competência nessas formas de comunicação assegura a condição de normalidade do indivíduo. Qualquer limitação ou prejuízo na capacidade de comunicação que a pessoa possa sofrer compromete a possibilidade de participação integral nas relações interpessoais e, por extensão, nas ações coletivas. Isso condena a pessoa à descrença e ao isolamento social, na medida em que a pessoa perde os principais quadros de referência social, seu autoconceito e sua auto-estima encontram-se prejudicados.

Knapp e Hall (1999) discutiram a importância e a preocupação de alguns autores em compreender como o comportamento humano se processa quando duas pessoas se comunicam, deixando de se preocupar com a classificação ou rótulo de verbal e não-verbal.

Um modo de situar o estudo seria delimitar o tipo de comportamento a ser examinado. Isso, por sua vez, nos coloca diante da importante questão, que é a intencionalidade, ou seja, da plena consciência de que signos emitidos e/ou recebidos têm um propósito particular.

De acordo com Manzini (2001) a idéia inicial que se tem de conceito de comunicação é que nos comunicamos por palavras, pela fala. Por meio da fala, haveria troca de informações, sensações, sentimentos. Porém, numa interação face a face, o ser humano exhibe uma infinidade de recursos verbais e não-verbais que se misturam e se completam.

Muitos dos alunos da Educação Especial apresentam severos distúrbios na comunicação e, neste sentido, o processo de interação acaba ficando comprometido e o professor não consegue estabelecer estratégias que permitam que o processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer.

Definindo a Comunicação Alternativa e/ou complementar

Quando pensamos em discutir a respeito de comunicação suplementar e/ou alternativa não podemos nos esquecer que é uma das áreas que faz parte da Tecnologia Assistiva, ou seja, nas mais diferentes culturas através da história as pessoas criaram adaptações e utilizaram ferramentas e equipamentos especiais para auxiliar as pessoas com necessidades especiais em suas sociedades.

A tecnologia assistiva engloba áreas como: comunicação suplementar e/ou alternativa, adaptações e acesso ao computador, equipamentos de auxílio para déficits sensoriais, adaptações de postura, adaptações de jogos e atividades de brincadeiras nas diferentes situações como na escola, casa e outros ambientes, permitindo a possibilidade de inclusão social e escolar.

Os estudos de comunicação alternativa e/ou suplementar começaram a ser desenvolvidos a partir da década de 70, quando se começou a repensar as definições da deficiência mental, física ou auditiva levando-se em conta que se tratava, também, de grupos “marginalizados” na sociedade, mas que deveriam participar e poderiam ser capazes.

Comunicação suplementar e/ou alternativa refere-se a todas as formas de comunicação que possam complementar, suplementar e/ou substituir a fala. Dirige-se a cobrir as necessidades de recepção, compreensão e expressão da linguagem e, assim, aumentar a interação comunicativa dos indivíduos não-falantes (VON TETZCHNER; JENSEN, 1996).

De acordo com Thiers (1995); von Tetzchner (1997) e von Tetzchner e Martinsen (2000) a comunicação alternativa tem como objetivo promover a fala e garantir uma forma alternativa de comunicação.

Por sua vez Nunes (2001), complementou afirmando que comunicação alternativa envolve o uso de gestos, expressões faciais, símbolos gráficos (incluindo a escrita, desenhos, gravuras e fotografias) como forma de efetuar a comunicação de pessoas incapazes de se utilizarem à linguagem verbal. A comunicação ampliada ou suplementar possui um duplo propósito: promover e suplementar a fala e garantir uma forma alternativa, caso o indivíduo não tenha possibilidade de desenvolver a fala.

Segundo Capovilla (1996, 2001) a definição de sistemas suplementares e/ou alternativos de comunicação seria um conjunto de elementos organizados para sustentar a comunicação expressiva. Há dois tipos: sistemas sem ajuda: quando mensagens são produzidas por um membro do corpo e sistemas com ajuda: quando é necessário algo exterior ao corpo para transmissão da mensagem.

Pensando no usuário dos recursos e estratégias de comunicação alternativa

Como o professor poderia indicar um aluno a começar a utilizar recursos de comunicação alternativa?

Seriam os alunos com determinadas deficiências definidas?

Como no caso da paralisia cerebral, afasia, anartrias, alexias e agrafias, distrofia muscular progressiva, esclerose lateral amiotrófica, deficiência mental entre outros.

Sem o diagnóstico não seria possível pensar no início de um trabalho?

Poder-se-ia argumentar e discutir que os usuários dos sistemas de comunicação suplementar e/ou alternativa seriam avaliados pelas suas reais possibilidades expressivas, ou seja, crianças, jovens e adultos que não conseguem falar ou ainda, indivíduos que falam, mas não são compreendidos por diferentes interlocutores (MANZINI, 2001; DELIBERATO, 2005).

Principais sistemas de comunicação

A literatura a respeito de Comunicação Alternativa tem apontado para uma série de conjuntos e/ ou sistemas de símbolos que permitem a comunicação de pessoas que não produzem linguagem oral, como, por exemplo, Sistema “Bliss” (HEHNER, 1980; MCNAUGHTON, 1985), Picture Exchange Communication System-PECS (FROST; BONDY, 1996), Picture Communication Symbols-PCS (JOHNSON, 1992) e Pictogram- Ideogram Communication-PIC (MAHARAJ, 1980).

O processo de escolha dos recursos e/ou estratégias de comunicação suplementar e/ou alternativos a serem utilizados deve ser feito com muita cautela e participação conjunta da família e da escola. A devida seleção e implementação destes recursos e estratégias poderão garantir a efetividade da comunicação do usuário não-falante e sua interação em diferentes ambientes naturais (DELIBERATO; MANZINI, 1997; NUNES, 2003).

Para Reily (2004), a família deve ser envolvida no processo de decisão sobre o sistema mais conveniente para determinado momento, devendo participar da identificação do léxico essencial a compor a prancha de comunicação.

A decisão dos materiais pode estar vinculada desde o uso de objetos, figuras, fotos até os sistemas de símbolos já organizados, como os citados acima, além do uso dos gestos, língua de sinais e a escrita (MANZINI; DELIBERATO, 2004).

Os sistemas de comunicação podem ser de alta tecnologia como no caso do uso de computadores, máquinas que sintetizam sons, tabuleiros sonoros e de baixa tecnologia como o uso dos sistemas em tabuleiros e pranchas confeccionados em papel.

Os dois principais sistemas de comunicação alternativa são: o Sistema Bliss de Comunicação e o Sistema Pictográfico de Comunicação.

O sistema Bliss de Comunicação foi desenvolvido de 1942 a 1965 por Charles K. Bliss e baseava-se na filosofia de Leibnitz, buscava criar uma linguagem que ultrapassasse diferenças de línguas. Em 1971 McNaughton utilizou-o com indivíduos com severos distúrbios de linguagem, adaptando o sistema e alguns de seus símbolos. O sistema é composto por símbolos gráficos, coloridos e derivado de um número básico de figuras geométricas.

Há certa diversidade quanto à classificação dos símbolos, ou seja, os pictográficos são os que se assemelham ao objeto que representam; idiográficos – cujas formas sugerem o conceito que representam; dupla classificação; possuem características pictográficas e/ou idiográficas; e por último, símbolos arbitrários: quando a forma não tem relação direta convencional com o seu significado (HEHNER, 1980).

O segundo sistema é o Picture Communication Symbols. Foi desenvolvido por Roxana Mayer no EUA, em 1981. Possui desenhos bidimensionais, constituindo relação idêntica com o objeto a que se refere. Inclui alfabeto e números além de permitir o uso de fotos. Algumas palavras têm dois ou mais pictogramas correspondentes, o que permite ao usuário escolher o símbolo mais próximo de seu contexto.

Devido a sua configuração, basicamente formada por desenhos que indicam substantivos, pronomes, verbos e adjetivos, o nível de dificuldade de abstração é menor por parte do usuário sendo por isso, também, indicado para crianças menores.

O nível de iconicidade desse instrumento é maior em relação ao sistema de comunicação Bliss. Isso ocorre porque o Picture Communication Symbols é um tipo de sistema pictorial que apresenta uma relação dialógica e contínua com os seus referentes comunicando conceitos concretos e imagináveis de modo não ambíguo o que possibilita que o emissor e o receptor não falem a mesma língua (JOHNSON, 1981, 1985, 1992).

A composição das cores do sistema Bliss e do Picture Communication Symbols é distribuída da seguinte forma: Figuras sociais – cor rosa (contorno ou fundo); Figuras de pessoas – cor amarela (contorno ou fundo); Figuras de verbos – cor verde (contorno ou fundo); Figuras descritivas (adjetivos e advérbios) – cor azul (contorno ou fundo); Figuras miscelâneas: cor branca; Figuras de substantivos: cor laranja. As cores podem auxiliar significativamente a rápida localização dos símbolos.

Cuidados nos procedimentos de seleção e implementação de recursos

Durante o processo de avaliação, seleção e implementação de recursos de comunicação suplementar e/ou alternativa alguns cuidados são necessários procurando identificar as habilidades do aluno não-falante. Neste sentido, o professor e demais profissionais devem estar atentos:

- Como o aluno se comunica, ou seja, ele vocaliza, utiliza gestos, olhares, expressões faciais etc.
- Com quem ele se comunica?
- O que ele comunica? E em quais situações?
 - Quais são suas habilidades visuais e auditivas?
 - Qual a sua atitude frente à comunicação?
 - Quais são as habilidades motoras? (função global e fina, mobilidade, postura etc).
- Quais os recursos já utilizados para a comunicação?
- Quais são os parceiros de comunicação?
- Qual a rotina do aluno?
 - Quais são os centros de interesse?
 - Quais as tarefas a serem realizadas.

Durante o processo de avaliação é importante estar atento ao tempo de atenção dos usuários assim como ao cansaço demonstrado nas atividades.

No momento de avaliação devemos respeitar as etapas de aprendizagem de símbolos: objeto real, miniatura, fotografias, desenhos coloridos, desenho em preto e branco, símbolos gráficos e por fim a escrita.

Durante a avaliação do aluno a participação da família, escola e/ou instituição é de fundamental importância para o levantamento das situações funcionais, ou seja, do vocabulário inicial a ser desenvolvido no momento da confecção do recurso. Neste contexto é importante destacar:

- A seleção do vocabulário é constante.
- O objetivo do recurso deve direcionar a escolha do vocabulário.
- O número de símbolos deve variar de acordo com a habilidade do sujeito.
- Os símbolos selecionados devem ser funcionais.
- A participação da família é imprescindível nesse momento.
- O recurso pode e deve ser alterado de acordo com a necessidade do sujeito.
- O recurso poderá ser confeccionado por meio de frases e/ou tópicos.
- O formato do recurso varia de acordo com as possibilidades e interesse do sujeito.

Alguns cuidados no momento da confecção do recurso de comunicação suplementar e/ou alternativa

Durante a confecção e adaptações dos materiais de comunicação suplementar e/ou alternativa a literatura tem discutido alguns cuidados:

- O tabuleiro, pasta, prancha podem ser confeccionado com o sujeito, principalmente quando o aluno apresentar deficiência mental.
- Iniciar a confecção das fotos e ou figuras a partir do vocabulário funcional.
- Cada figura deve ser trabalhada e vivenciada antes da colagem.
- O local da colagem deve ser orientado, mas não determinado pelo profissional.
- Quando o profissional confecciona a prancha sem a participação do usuário ela deverá ser vivenciada pelos diferentes parceiros comunicativos.
- O uso do recurso deve envolver os diferentes parceiros de comunicação: escola, família e demais pessoas.
- Os recursos de baixa tecnologia podem estar organizados em diferentes dispositivos como: cartões, pranchas, pranchas de olhar, pastas, coletes, aventais, colares, livros, fichários e outros.
- As pranchas de comunicação podem ser construídas utilizando-se objetos ou símbolos, letras, sílabas, palavras, frases ou números.
- As pranchas são personalizadas e devem considerar as possibilidades cognitivas, visuais e motoras de cada usuário.
- As pranchas podem estar soltas ou agrupadas em álbuns ou cadernos.
- O acesso poderá ser feito pelo olhar, apontar ou ser indicada pelo parceiro de comunicação.

TÉCNICAS DE SELEÇÃO DOS SÍMBOLOS

São as formas pela qual o usuário escolhe os símbolos na prancha de comunicação. É importante determinar a forma de seleção mais eficiente para cada indivíduo. Neste sentido, a participação de outros profissionais, como o terapeuta ocupacional, é muito importante. Neste momento deve ser escolhido o posicionamento ideal da prancha e do usuário. As técnicas de seleção segundo Suárez et al (2003) são:

1. Seleção direta: é o método mais rápido e pode ser feito pro meio de apontar com o dedo ou outra parte do corpo, com uma ponteira de cabeça ou uma luz fixada à cabeça.
2. Técnica de seleção pelo olhar: geralmente utilizada pelos indivíduos com severas alterações motoras.
3. Técnica de seleção por varredura: exige que o usuário tenha uma resposta voluntária consistente como piscar os olhos, balançar a cabeça, sorrir ou emitir um som para que possa sinalizar a resposta. Os métodos de varredura podem ser linear, circular, de linhas e colunas ou em grupos.

4. Técnica da codificação: permite a ampliação de significados a partir de um número limitado de símbolos e o aumento de velocidade. Utilizada com alunos com severos distúrbios motores, mas envolve um maior grau de abstração.

CUIDADOS NAS ESTRATÉGIAS SELECIONADAS PARA O USO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

O ambiente deve ser o mais natural possível, ou seja, deve demonstrar a utilidade do recurso no dia-a-dia do aluno. Neste sentido, preparar procedimentos em situações de vivências são fundamentais, como por exemplo: preparar um bolo, pipoca, ir à padaria etc.

O sistema de comunicação vai ser mais eficiente no momento em que os profissionais estiverem atentos nas diferentes técnicas utilizadas: gestos, linguagem de sinais, vocalizações, expressões faciais.

Os símbolos e as pranchas podem ser elaborados para uma atividade específica ou mesmo para um jogo. Nestas situações devem-se colocar rótulos nos objetos, seqüência de cartões para uma determinada atividade durante a rotina, receitas e livros adaptados etc.

As ações inclusivas escolares e sociais para os alunos deficientes não-falantes requerem a participação conjunta dos profissionais da saúde e da educação. A elaboração de um programa de atuação pode favorecer uma maior e melhor participação dos alunos deficientes nas diferentes situações de ensino e aprendizagem acadêmica e favorecer oportunidade para a inclusão social em diferentes ambientes com distintos interlocutores.

